

A1-00191380	016.I	JOSE MARCULINO DA SILVA FILHO	LLR8940
A1-00192525	016.I	ELZIO EVANGELISTA DA SILVA	KXU5273
A1-00191495	016.I	ELZIO EVANGELISTA DA SILVA	KXU5273
A1-00191279	05.I	ELZIO EVANGELISTA DA SILVA	KXU5273
A1-00192596	016.I	ELZIO EVANGELISTA DA SILVA	KXU5273
A1-00191348	016.I	ELZIO EVANGELISTA DA SILVA	KXU5273
A1-00192667	016.I	ELZIO EVANGELISTA DA SILVA	KXU5273
A1-00191275	016.I	JANE ELIZABETH DE ALMEIDA SANTANA	LQS2630
A1-00192650	016.I	JANE ELIZABETH DE ALMEIDA SANTANA	LQS2630
A1-00191472	016.I	JANE ELIZABETH DE ALMEIDA SANTANA	LQS2630
A1-00191496	016.I	JANE ELIZABETH DE ALMEIDA SANTANA	LQS2630

#### EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Comunicamos a relação das NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE expedidas ao serviço de Transporte de Passageiros por meio de taxis do Município do Rio de Janeiro pela SMTR.

#### RELAÇÃO DE MULTAS EM 14/07/2016

Série-CM	Enquad.	Permissionário	Placa
V -00730982	2.1.19	JORGE MARIO GAUDIO	LKX2442

#### EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Conforme o Decreto 36.342 de 17/10/2012, comunicamos a relação das NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE expedidas ao serviço de Transporte de Passageiros por meio de ônibus do Município do Rio de Janeiro – SPPO - RJ pela SMTR.

#### RELAÇÃO DE MULTAS EM 14/07/2016

Concessionária : CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES		
Série-CM	Enquadramento	Ordem
A1-00178661	Administrativa	
Concessionária : CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES		
Série-CM	Enquadramento	Ordem
A1-00178663	Administrativa	
A1-00179124	Administrativa	
A1-00179125	Administrativa	
Concessionária : CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES		
Série-CM	Enquadramento	Ordem
A1-00187201	Administrativa	
A1-00187202	Administrativa	
A1-00187203	Administrativa	
A1-00187204	Administrativa	
A1-00178644	023.VII	B44567
A1-00178645	024.XV	B44670
A1-00178646	025.V	B44665
A1-00178647	025.V	B44621
A1-00178648	023.V	B44567
A1-00178649	024.VIII	B44567
A1-00178650	025.II	B44567
A1-00178651	023.X	B44567
A1-00178652	023.XI	B44670
A1-00178653	023.XI	B44670
A1-00178654	024.X	B44670
A1-00178655	024.XV	B44665
A1-00178656	024.IX	B44665
A1-00178657	023.X	B44665
A1-00178658	023.X	B44621
A1-00178659	024.XV	B44621
A1-00178660	024.X	B44621
Concessionária : CONSORCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES		
Série-CM	Enquadramento	Ordem
A1-00187205	Administrativa	
A1-00187206	Administrativa	
A1-00187207	Administrativa	
A1-00187208	Administrativa	
A1-00187209	Administrativa	
A1-00187210	Administrativa	
A1-00187211	Administrativa	
A1-00187212	Administrativa	
A1-00187213	Administrativa	
A1-00187214	Administrativa	
A1-00187215	Administrativa	
A1-00187216	Administrativa	

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE ESCLARECIMENTOS Nº 01**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA SMTR CO Nº 01/2016**  
**PROCESSO NÚMERO 03/001.504/2016**  
**SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE URBANO LOCAL – STPL**  
**ÁREA DE PLANEJAMENTO 5**

**1) Pergunta** – item 13.02 (b) - Aos casos em que o Detran/RJ não emita a referida certidão, caso em que estão elencados aqueles que respondem processo de suspensão de CNH, mesmo ainda não transitados em

julgado. Poderão entregar a documentação comprobatória da pontuação ativa nos últimos 12 meses retirada do sítio eletrônico do Detran/RJ para fins de habilitação?

**Resposta:** Não poderá ser utilizada documentação retirada do sítio eletrônico do DETRAN/RJ. Conforme disposto nos itens 11.01 (ii) e 13.02 (b) do Edital, para a comprovação da pontuação ativa nos últimos 12 (doze) meses deverá ser apresentada certidão expedida pelo DETRAN/RJ.

**2) Pergunta** - item 13.02 (b) - Em caso negativo, qual outro documento serviria de prova ante a impossibilidade de emissão de certidão junto ao Detran/RJ e a situação de não condenados aos licitantes que respondem processos de suspensão não finalizados.

**Resposta:** Somente certidão expedida pelo DETRAN/RJ.

**3) Pergunta** – itens 11.02 (i) – (i.3 e i.3.1) - Poderão entregar documentação comprobatória da situação de não condenação transitada em julgado para fins de habilitação?

**Resposta:** De acordo com o item 11.02, i.3.1, não serão aceitas certidões com ressalvas.

**4) Pergunta** – Em caso positivo, como se dará a comprovação da situação de não condenado para que seja o licitante devidamente habilitado no certame?

**Resposta:** Questionamento respondido na pergunta 3.

**5) Pergunta** – item 11.02 (iii) - Poderão entregar documentação comprobatória da situação de impugnação por via administrativa e/ou judicial com suspensão para fins de habilitação?

**Resposta:** A informação acerca da suspensão constará da certidão.

**6) Pergunta** – como se dará a comprovação de habilitação nos casos em que a dívida esteja sendo questionada, suspensão por ordem judicial ou com exigibilidade suspensão administrativamente.

**Resposta:** A informação acerca da suspensão constará da certidão.

**7) Pergunta** – Itens 8.01.1 e 11 (II) - Na hipótese do MOTORISTA AUXILIAR não estiver na ativa e já tiver dado baixa em seu cadastro antes de 22/04/2016, terá condições de participar desta Licitação com apenas a PROVA DE CADASTRAMENTO onde apontará os anos que prestou serviços de motorista auxiliar, sem ter o CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO.

**Resposta:** Sim, “poderão participar da presente Concorrência as pessoas físicas interessadas que preencham os requisitos arrolados a seguir, bem como que atendam às demais condições do presente Edital e respectivos Anexos”, conforme item 8.01 do Edital.

**8) Pergunta** - Itens 8.01.1 e 11 (II) - Ou só a Prova de cadastramento serve como comprovante de aptidão para motoristas auxiliares até 22.04.2016 do TEC, e, após essa data teria que ter o CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO do STPL? Esta questão não ficou clara no referido edital.

**Resposta:** De acordo com o item 13.02 (a), do presente edital, o “tempo de cadastro ativo como autorizatário ou auxiliar do Transporte Urbano Especial Complementar de Passageiros – TEC ou como permissionário ou auxiliar do Serviço de Transporte Público Urbano Local - STPL) – maximo de 30 (trinta) pontos. Comprovado através de Certidão de Cadastro expedida pela SMTR que ateste o tempo de cadastro do licitante”

**9) Pergunta** – Itens 8.01.1 e 11 (II) – Se o motorista Auxiliar atualmente não estiver cadastrado ou vinculado a nenhum permissionário, mas ele prova que foi durante alguns anos auxiliar do TEC ou STPL, através da certidão de cadastro do SMTR, ele poderá concorrer?

**Resposta:** Questionamento já respondido nas perguntas 7 e 8.

**10) Pergunta** – item 11.02, (i) , (i.1) - Considerando que no mesmo emVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, - item (ii) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA sub-item (ii.1) deve ser colocado cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, nas categorias “D” ou “E” e que na CNH consta o número da carteira de identidade do licitante. Questiono: Pode o licitante não colocar a cópia autenticada da carteira de identidade neste envelope?

**Resposta:** Não. A identidade terá de ser apresentada, nos termos do Edital.

**11) Pergunta** - Se houver obrigatoriedade da cópia da carteira de identidade e o licitante não tiver pode ser usada cópia da carteira de trabalho sendo apresentadas duas folhas da mesma onde tenha a foto e dados de identificação do licitante?

**Resposta:** Sim, poderá ser usada a cópia autenticada da Carteira de Trabalho (as folhas com foto e a identificação).

**12) Pergunta** - item 11.02, (i) e (i.2) - Considerando o item i.2 questiono: será aceito como comprovante de residência documentos que conste o endereço do licitante tais como: 1.1) Contas de Cartão de crédito; 1.2) contas de lojas de departamentos (C&A, Riachuelo, etc); 1.3) comunicação de multas de trânsito;

**Resposta:** Sim. Serão aceitos os documentos mencionados, desde que autenticados.

**13) Pergunta** - item 11.02, (i) e (i.2) - Sendo aceito os comprovantes listados no item 1 e mesmo assim o licitante não tiver nenhum desses em seu nome, será aceito: 2.1) Comprovante de residência em nome de outra pessoa juntamente com a declaração de residência assinada pelo titular do comprovante com firma reconhecida por autenticidade, declarando que o licitante reside naquele endereço?

**Resposta:** Sim, será aceito.

**14) Pergunta** - Declaração de residência no domicílio declarado assinada pelo próprio licitante, com sua firma reconhecida por autenticidade, de acordo com a Lei Federal 7.115/83?

**Resposta:** Sim, será aceita.

## SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

### INSTRUMENTO JURÍDICO N.º 005/2016

**CONTRATO DE GESTÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL MOVIMENTO CULTURAL SOCIAL, NA FORMA ABAIXO:**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril do ano de 2016, na Rua Maia de Lacerda, n.º 167, 6º andar, Estácio, nesta cidade, o Município do Rio de Janeiro, por meio da **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**, a seguir **CONTRATANTE**, representado pelo Ilmo. Sr. Subsecretário Municipal de Esportes e Lazer, ALEXANDRE BATISTA CERRUTI, consoante delegação do Decreto Rio “P” n.º 123, publicado no D.O. Rio de 14/03/2016, e a Organização Social MOVIMENTO CULTURAL SOCIAL, estabelecida na Rua Plínio de Oliveira, 253, sala 511, Penha, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.852.999/0001-95, a seguir **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Presidente VAGNER GOMES CARLOS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 034.376.007-02, com fundamento no que dispõe o inciso IV do artigo 24 da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 alterada, na Lei Municipal n.º 5.026, de 19 de maio de 2009, tem justo e acordado o presente CONTRATO DE GESTÃO, doravante CONTRATO, que é celebrado em decorrência do procedimento de dispensa de licitação no processo administrativo n.º **15/000.270/2016**, adjudicado por despacho do Ilmo. Sr. Subsecretário de Esportes e Lazer, de 28/04/2016 (fls. do pp.), publicado no DO Rio n.º 30, de 29/04/2016, fls. 51, ratificado por despacho do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Esportes de Lazer, de 28/04/2016, (fls. 36) e publicado no D.O. Rio n.º 30, de 29/04/2016, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - (Legislação Aplicável) - Este **CONTRATO** se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Municipal n.º 5.026, de 19 de maio de 2009, regulamentada pelo Decreto n.º 30.780, de 02 de junho de 2009, Decreto n.º 30.907, de 23 de julho de 2009, Decreto n.º 30.916, de 29 de julho de 2009, Decreto n.º 30.318/2010, n.º 35.129/2012, pelo Decreto n.º 41.206/2016, pelas Resoluções CGM n.º 1.105/2013 e 1.1121/2013, pela Lei n.º 8.080/90, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011 e no que couber, pelas normas da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93, e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei n.º 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar n.º 1, de 13.09.90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.81, e suas alterações, pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04.05.2000, pelo Decreto Municipal n.º 21.083/2002, bem como pelos preceitos de direito público e pelas regras constantes do Projeto Básico, pelo Programa de Trabalho da **CONTRATADA** e pelas disposições deste **CONTRATO**. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – (Do Objeto e da Finalidade) - O objeto deste **CONTRATO** é a gestão administrativa e esportiva da Vila Olímpica Carlos Castilho, em Ramos, em caráter Emergencial, visando a oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas portadoras de deficiência por meio do estabelecimento de parceria entre as partes contratantes associando o esporte e lazer como meio de inclusão social às ações de detecção, orientação e



desenvolvimento das potencialidades dos talentos esportivos, bem como de contribuir com o crescimento e desenvolvimento integral dos cidadãos moradores das comunidades que usufruem dos serviços da Vila Olímpica Carlos Castilho, através de atividades lúdicas, recreativas e culturais, consoante o Projeto Básico e Anexos, que fazem parte integrante do presente ajuste e cronograma de desembolso como previsto neste Contrato de Gestão.

**Parágrafo Único** – O objeto deste Contrato de Gestão, poderá ser acrescido de novos equipamentos, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – (Do Programa de Trabalho, das Metas e Indicadores) - O Projeto Básico e o Programa de Trabalho são partes integrantes do presente Contrato de Gestão, contendo sua especificação, estipulação de metas a serem atingidas e respectivos prazos e regime de execução, bem como previsão dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.

**CLÁUSULA QUARTA** - (Prazo) - O prazo do contrato de gestão é de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 03/05/2016, devendo ser rescindindo antes disso, quando concluído o processo emergencial em andamento.

**CLÁUSULA QUINTA** – (Dos Recursos Financeiros) - Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados neste Contrato de Gestão, a Contratante repassará a Contratada, na forma e nas condições do cronograma de desembolso, o valor global de R\$ 985.702,86 (novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos) cuja despesa prevista para o presente exercício será atendida pelos PT's n.ºs 25.01.27.812.0032.2068 e 16.01.12.361.0316.2117, Natureza de Despesa 3.3.50.39.07, Fonte 100, tendo sido emitidas as Notas de Empenhos n.ºs 2016/000126 e 2016/000023, em 29/04/2016, nos valores, de R\$ 197.140,56 (cento e noventa e sete mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos) e R\$ 788.562,30 (setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta centavos).

**Parágrafo Primeiro** – Os recursos repassados à Contratada serão depositados em conta bancária em instituição indicada em conformidade com a Resolução SMF n.º 2888 de 01/02/2016 efetuados em c/c aberta no Banco SANTANDER (Brasil) S.A., conforme contrato nº 103/2011, publicado no D. O. Rio nº 195, de 26/12/2011, decorrente de licitação CEL/SMF – PP 01/11 ou em outro Banco que venha a substituí-lo, nos conformes legais.

**Parágrafo Segundo** – A movimentação dos recursos que forem repassados à Contratada se dará em conta corrente específica e exclusiva, no banco referido no parágrafo anterior, de modo que não sejam confundidos com os seus recursos de outra origem. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à Contratante.

**Parágrafo Terceiro** – Os saldos do Contrato de Gestão, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em:

- I – em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- II – em fundos de curto prazo ou
- III – em operações com títulos públicos federais.

**Parágrafo Quarto** – As aplicações financeiras nos produtos dos incisos do parágrafo terceiro serão feitas sempre na mais vantajosa remuneração do capital, em conformidade com a adequação do prazo disponibilizado à aplicação, cotejado com sua taxa de retorno e na conta do Projeto, vedada a transferência a qualquer título para outra conta.

**Parágrafo Quinto** - A liberação dos recursos se dará bimestralmente durante a execução do CONTRATO, sendo a primeira parcela liberada em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente Contrato de Gestão, obedecido o seguinte cronograma:

Parcela	Valor (R\$)	Período
1ª	328.567,62	Maio/junho/2016
2ª	328.567,62	Julho/Agosto/2016
3ª	328.567,62	Setembro/outubro/2016

**Parágrafo Sexto** - As parcelas serão repassadas em estrita conformidade com o programa de trabalho aprovado, saldo autorização prévia da Secretaria, podendo ser retidas até o saneamento de impropriedades nas seguintes hipóteses:

- I – Quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II – Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas;
- III – Nas demais hipóteses previstas neste Contrato de Gestão.

**Parágrafo Sétimo** – Os valores correspondentes aos repasses financeiros estão vinculados ao cumprimento das metas pactuadas no programa de trabalho, cabendo à Comissão de Avaliação verificar o percentual de atendimento das aludidas metas, para fins de retenção conforme anexo ao presente instrumento.

**Parágrafo Oitavo** – A Contratada poderá captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução deste Contrato de Gestão, hipótese em que haverá redução equivalente dos repasses a serem realizados pelo Contratante ou alteração do programa de trabalho para a formalização do incremento proporcional das metas em relação aos recursos obtidos. Ambas as situações dependem de celebração de Termo de Aditamento.

**Parágrafo Nono** – Fica vedada a utilização dos repasses orçamentários destinados a este Contrato de Gestão para o custeio de taxa de administração.

**Parágrafo Décimo** – Os repasses orçamentários destinados ao pagamento de despesas de natureza administrativa e/ou gerenciamento não poderá ultrapassar o percentual de 15% (quinze) por cento do valor global do Contrato de Gestão, sendo expressamente vedada a utilização de tais recursos para o pagamento de despesas não elencadas no Contrato de Gestão. Tais despesas serão detalhadas no programa de trabalho e somente serão pagas se forem discriminadas, justificadas e documentalmente comprovadas.

**Parágrafo Décimo-Primeiro** – O montante de recursos orçamentários previstos e repassados à Contratada a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta de caderneta de poupança, que só poderá ser movimentada com prévia autorização da Contratante, ficando vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios.

**CLÁUSULA SEXTA** – Os repasses serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Parágrafo Quinto da Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO** - Em havendo interesse público que justifique o aumento do custo nominal do contrato de gestão e dotação orçamentária específica para esse fim, os repasses financeiros para consecução dos objetivos do contrato de gestão, poderão ser revistos.

**Parágrafo Primeiro** – No caso das despesas e custos atrelados à mão-de-obra principal utilizada no objeto do contrato de gestão, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos, conforme acordo coletivo ou convenção coletiva de regência da categoria, devidamente registrada no Ministério do Trabalho, Empresa e Renda – MTE.

**Parágrafo Segundo** – Em relação aos demais custos e despesas previstas no Contrato de Gestão, será observado como limite para revisão/reajuste a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado Especial – IPCA-E do IBGE.

**Parágrafo Terceiro** – Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos no programa de trabalho, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo Quarto** – O pleito deverá ser apresentado por meio de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

**CLÁUSULA OITAVA** – Obrigações da Contratante -

- I – Disponibilizar à Contratada os meios necessários à execução do presente objeto, conforme previsto neste Contrato de Gestão e em seus anexos;
- II – Realizar o repasse de recursos na forma disposta no Projeto Básico, no programa de trabalho e na Cláusula Sexta deste Contrato de Gestão;
- III – Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e controle de execução do presente Contrato de Gestão, bem como da aplicação dos recursos repassados, na forma disposta no Projeto Básico, no programa de trabalho e neste Contrato de Gestão.

**Parágrafo Único** – Os critérios de avaliação de desempenho a serem utilizados durante a vigência do presente contrato são os seguintes, conforme Anexo IV do Projeto Básico:

**CLÁUSULA NONA** – Obrigações da CONTRATADA -

I – Desenvolver em conjunto com a CONTRATANTE a implantação ou execução das atividades, objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO observando as condições estabelecidas no Projeto Básico, no programa de trabalho e na legislação aplicável.

II – Adotar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto do Contrato de Gestão, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de eventuais concessionários.

III – Se responsabilizar civil e criminalmente, independentemente de adoção de eventuais medidas preventivas, pelos danos e prejuízos, de qualquer natureza, inclusive materiais, morais e estéticos, que causar a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de atos praticados em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO respondendo por si e por seus sucessores não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização empreendida pela Contratante;

IV - Atender às diretrizes, determinações e exigências formuladas pela Contratante;

V - Cumprir as metas relacionadas no Plano de Trabalho;

VI – Providenciar a publicação na imprensa e no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do presente Contrato de Gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras, serviços e compras a serem realizadas com recursos públicos, o qual observará a política de preços apresentada no programa de trabalho, bem como, sempre que possível, os preços constantes de atas de registro de preços ou das tabelas constantes do sistema de custos existentes no âmbito da Administração Pública, desde que sejam mais favoráveis;

VII – Elaborar, submeter à aprovação do Conselho de Administração e encaminhar à Contratante, na forma e prazo por ela estabelecidos, os relatórios de execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

VIII – Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que der causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização dentre outros;

IX – Bem administrar os bens móveis e imóveis públicos a ela cedidos;

X – Responsabilizar-se pelos custos previstos no Projeto Básico e no Programa de Trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais so-

ciais e comerciais resultantes, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO pela Contratante;

XI - Zelar para que os recursos financeiros repassados pela Contratante sejam exclusivamente aplicados na consecução dos objetivos e metas previstos no programa de trabalho, atentando para a observância do princípio da economicidade;

XII – Prestar contas dos recursos repassados pela CONTRATANTE, na forma prescrita no presente CONTRATO;

XIII - Prestar sempre que solicitado, quaisquer outras informações sobre a execução financeira deste CONTRATO;

XIV – Produzir, guardar e disponibilizar à Contratante, na forma e prazo por ela estabelecidos, quaisquer dados, informações e documentos;

XV – Permitir a supervisão, fiscalização e avaliação do CONTRATANTE, por intermédio dos órgãos de controle interno, sobre o objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO;

XVI – Permitir que os Órgãos de Controle Interno e Externo do Poder Público Municipal tenham amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira da entidade como um todo, e à decorrente do contrato de gestão, com azo no art. 8º, III do Decreto n.º 30.780/2009, com a redação dado pelo art. 4º do Decreto n.º 31.618/2009;

XVII – Não exigir de terceiros seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação relativos às atividades públicas gratuitas desenvolvidas;

XVIII – Manter atualizadas as informações cadastrais junto à Contratante, comunicando a SMEL e à COQUALI quaisquer alterações nos seus atos constitutivos;

XIX – Manter a boa ordem e guarda dos documentos originais que comprovem as despesas realizadas para a execução do presente Contrato de Gestão;

XX – Utilizar processo emergencial para a contratação de pessoal, estimulando e tornando públicos, previamente, os critérios objetivos e impositivos de natureza técnica que serão adotados;

XXI – Responsabilizar-se pela contratação de pessoal necessário à execução das atividades, respeitando o disposto no Projeto Básico e no programa de trabalho, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso;

XXII – Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração, praticados na rede privada, no pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza aos seus empregados e dirigentes;

XXIII - Se responsabilizar, na forma do CONTRATO DE GESTÃO, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do objeto do Contrato de Gestão até o seu término, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a Contratante de quaisquer obrigações, presentes ou futuras, desde que os repasses de recursos financeiros tenham obedecido ao cronograma estabelecido neste Contrato de Gestão:

a) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução d presente Contrato de Gestão, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública Indireta como responsável subsidiário ou solidário, o Contratante poderá reter, dos repasses devidos, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) No caso de existência de débitos tributários ou previdenciários decorrentes da execução do presente Contrato de Gestão, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da Contratante, dos repasses devidos, poderão ser retidos até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Contratante da existência da ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso a Contratante seja compelida a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo em nenhuma hipótese, ressarcimento à Contratada;

d) Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pela Contratante se houver justa causa devidamente fundamentada;

XXIV - manter as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal exigidas no Processo Emergencial durante todo prazo de execução do Contrato de Gestão;

XXV – Os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela Contratada em perfeitas condições;

XXVI – Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que porventura venham a ser adquiridos com recursos repassados em decorrência deste Contrato de Gestão serão automaticamente incorporados ao patrimônio da Contratante, hipótese em que a Contratada deverá entregar a documentação necessária ao processo de incorporação dos referidos bens, no prazo de 03 (três) dias úteis após a aquisição, juntamente com a declaração emitida pela Contratada de que os bens estão fisicamente da unidade onde se desenvolve o Contrato de Gestão e em perfeitas condições de uso;



XXVII – Apresentar a consolidação de todos os contratos de prestação de serviços por ela mantidos – RET (relação de tomadores/Obras) e conceder a outorga eletrônica para acesso ao extrato individualizado de cada empregado utilizado no contrato com o Município;

XXVIII – Efetivar contratação de serviços de natureza continuada como limpeza, segurança, conectividade, além de todo e qualquer serviço que impacte positivamente no alcance das metas, desde que não impliquem na cessão parcial ou total do objeto deste contrato, respeitadas a economicidade e a eficiência financeira do Contrato de Gestão, em conformidade com o programa de trabalho e com o regulamento próprio para a contratação de obras, serviços e compras;

XXIX – Não distribuir sobre nenhuma forma, lucros, excedentes financeiros ou resultados entre seus dirigentes, associados, membros do Conselho de Administração ou empregados;

XXX – Nas hipóteses de extinção do CONTRATO DE GESTÃO, cooperar integralmente com as demandas do grupo de transição criado para esse fim, por meio da indicação de representantes e de disponibilização de quaisquer informações solicitadas pelo CONTRATANTE.

XXXI - Comprometer-se a guardar sigilo de todas as informações assistenciais ou de cunho administrativo, relacionadas à execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, projetos, fotografias, gráficos, plantas, planos, programas de computador ou qualquer outra forma, fornecendo-as a terceiros somente com a prévia autorização do CONTRATANTE ou sob sua demanda.

XXXII - Atender às exigências da CONTRATANTE acerca da plena utilização de sistemas informatizados para execução das atividades de gestão assistencial, administrativa e econômico-financeira, já adotados ou que venham a ser implantados ao longo da execução deste CONTRATO DE GESTÃO, para fins de controle e monitoramento, permitindo o acesso de profissionais previamente indicados pelo CONTRATANTE.

XXXIII – Os sistemas informatizados utilizados pela CONTRATADA deverão permitir customizações que possibilitem sua integração com outros sistemas que o CONTRATANTE já utilize ou que venha a utilizar durante a vigência deste CONTRATO DE GESTÃO.

XXXIV - Obter todas as licenças e autorizações necessárias dos órgãos públicos competentes para realização de eventos em área pública nos exatos termos do Decreto nº 39.355, de 24 de maio de 2006, que dispõe sobre a atuação conjunta de órgãos de segurança pública, na realização de eventos artísticos, sociais e desportivos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro devidamente regulamentado pela RESOLUÇÃO denominada SESEG nº 13/2007, tais como as concernentes à segurança, publicidade, trânsito, bem como todas as demais que se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA DÉCIMA - PRESTAÇÃO DE CONTAS** - A prestação de contas será apresentada até o 15º (quinto) dia de cada mês, sendo a última entregue até 30 (trinta) dias após o término do presente CONTRATO DE GESTÃO, acompanhada do comprovante de devolução do saldo, se houver.

**Parágrafo Primeiro** - A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos:

I- Relatórios de execução financeira, discriminando o resumo da movimentação de valores, indicando o saldo inicial, o valor de cada despesa efetivamente paga no período e o saldo atual acumulado.

II– Relatórios indicativos demonstrando a produção contratada e realizada, bem como os resultados dos indicadores e das metas estabelecidos.

III- Relação de pagamentos, incluindo o detalhamento das despesas administrativas, indicando os números e datas dos cheques emitidos, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante.

IV- Conciliação do saldo bancário;

V- Cópia do extrato da conta corrente bancária e da aplicação financeira realizada na forma da cláusula quinta, referente ao período compreendido entre a última prestação de contas e a atual;

VI- Folha de pagamento discriminando nome, números do RG, CPF, PIS, CNES e CTPS, função, carga horária, salário e benefícios do pessoal contratado (inclusive de servidor cedido em função temporária de direção ou assessoria, se for o caso), acompanhada da correspondente relação de pagamento enviada ao banco.

VII- Cópia das guias de pagamento e respectivos comprovantes de pagamento de obrigações junto ao Sistema de Previdência Social (FGTS e INSS), de outros encargos e das rescisões de contrato de trabalho, e respectivas CTPS, devidamente anotadas.

VIII - Cópia de todos os comprovantes de pagamentos relacionados no inciso II deste parágrafo, bem como de todos os contracheques devida-

mente assinados pelos empregados, podendo estes ser substituídos pela forma prevista no art. 1º da Portaria MTE nº 3.281/84, consolidada pelo art. 3º da Lei 9.528/1997, de 10/12/1997 e suas alterações.

IX- Projeção de expectativa de custo de rescisão dos contratados pelo regime da CLT com projeção de encargos fiscais, sociais e trabalhistas.

X- A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que deverá ser atualizada antes do término do seu prazo de validade de 180 dias.

XI - Cópia de todos os contratos celebrados no período.

XII - Relação dos bens permanentes adquiridos, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante, com recursos provenientes do presente CONTRATO DE GESTÃO.

XIII - Documentação comprobatória da utilização dos repasses financeiros destinados ao pagamento de despesas administrativas.

XIV – A documentação comprobatória prevista no item XIII deverá ser acompanhada de mapa de rateio especificando os valores e os percentuais rateados entre os contratos firmados com o CONTRATANTE e outros entes.

XV - Eventuais pagamentos realizados em favor de profissional autônomo deverão ser comprovados mediante cópia do recibo pertinente e do documento de identificação profissional.

**Parágrafo Segundo** - O repasse da parcela subsequente ficará condicionado à apresentação da prestação de contas na forma do parágrafo primeiro e do cumprimento de eventuais prescrições contidas no Projeto Básico.

**Parágrafo Terceiro** - A prestação de contas somente será recebida pelo CONTRATANTE se estiver instruída com todos os documentos e formalidades descritos nesta Cláusula.

**Parágrafo Quarto** - No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à CONTRATADA, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Quinto** - Cada folha da prestação de contas deverá conter rubrica do representante legal da CONTRATADA, bem como de contabilista habilitado, capacitado pelo Conselho Regional de Contabilidade respectivo. Caso a prestação de contas ocorra em via eletrônica, em Paineis de Gestão, deverá ser apresentada declaração assinada pelo representante legal da CONTRATADA e pelo contabilista habilitado de que os documentos e informações apresentados são fidedignos e que a prestação de contas foi corretamente realizada.

**Parágrafo Sexto** - A prestação de contas deverá ser efetuada levando em consideração que todos os recursos usados na execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO deverão ser contabilizados, com identificação de sua origem e de seu destino, por meio de contabilidade auditada por profissional legalmente habilitado.

**Parágrafo Sétimo** - O CONTRATANTE poderá requerer a apresentação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomendado o interesse público, de relatório pertinente à execução do CONTRATO DE GESTÃO, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município.

**Parágrafo Oitavo** - O relatório de prestação de contas poderá servir de subsídio para o acompanhamento das ações desenvolvidas, monitoramento e avaliação, bem como da movimentação financeira e patrimonial referentes ao CONTRATO DE GESTÃO.

**Parágrafo Nono** - A CONTRATADA deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do CONTRATO DE GESTÃO.

**Parágrafo Décimo** - A prestação de contas a que se refere a presente cláusula será realizada por meio da alimentação ao Painel de Gestão de Parcerias com Organizações Sociais, [www.osinfo.com.br](http://www.osinfo.com.br).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS** - Ficam desde já cedidos à CONTRATADA, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste CONTRATO DE GESTÃO, os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações da Vila Olímpica Carlos Castilho (Alemão) identificados, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação, em anexo.

**Parágrafo Primeiro** - É vedado o uso e a destinação dos bens cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento.

**Parágrafo Segundo** - Obriga-se a CONTRATADA em relação aos bens imóveis cedidos:

I - Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste CONTRATO DE GESTÃO em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério do CONTRATANTE, pagar os prejuízos, ou consertar os danos.

II - Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO e do bem cedido.

III - Pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do bem cedido, inclusive tributos, tarifas e preços públicos.

IV - Retirar às suas expensas, caso solicitado pelo CONTRANTE, eventuais bens adquiridos com recursos próprios, que se encontrem no bem cedido, ainda que a ele provisoriamente agregados.

V - Providenciar o seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando ao CONTRATANTE a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.

**Parágrafo Terceiro** - Os bens móveis cedidos na forma desta cláusula poderão, mediante prévia avaliação e expressa autorização do Prefeito, ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior valor, que serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município do Rio de Janeiro, sob a administração da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

**Parágrafo Quarto** - A aquisição de bens móveis ou a instalação de bens imobilizados no bem imóvel cedido, adquiridos com recursos deste CONTRATO DE GESTÃO, bem como as benfeitorias realizadas serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de indenização ou retenção, condicionada a retirada à prévia autorização do CONTRATANTE. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO** - É vedada a subcontratação do objeto, bem como a cessão total ou parcial do CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATADA.

**Parágrafo Único** – Nos casos de subcontratação de serviços auxiliares, o subcontratado será responsável, solidariamente com a CONTRATADA, pelas obrigações descritas na cláusula nona (no que couber), especialmente pelos encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, nos limites da subcontratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO** - A fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO caberá ao CONTRATANTE, em especial à Comissão de Avaliação nomeada por Resolução do Secretário a quem incumbirá a prática de todos os atos próprios ao exercício da atividade fiscalizatória.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Segundo** - Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo Terceiro** - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução do objeto do CONTRATO DE GESTÃO.

**Parágrafo Quarto** - A fiscalização, por meio de relatórios bimestrais, ou a qualquer momento, analisará todas as questões pertinentes à execução do CONTRATO DE GESTÃO, em especial o emprego adequado dos recursos públicos repassados e os resultados obtidos na sua execução, por meio dos indicadores de desempenho estabelecidos, e seu confronto com as metas pactuadas e com a economicidade.

**Parágrafo Quinto** - No caso do não atingimento das metas pactuadas ou da verificação de qualquer desconformidade na execução do CONTRATO DE GESTÃO, a Fiscalização deverá encaminhar relatório ao Secretário de Esportes e Lazer.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR** - Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as metas pactuadas, deverão ser comunicados ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitas pela Fiscalização.

**Parágrafo Único** - Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do CONTRATO DE GESTÃO e a alteração do Programa de Trabalho, desde que por termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** - Pelo descumprimento total ou parcial de obrigação assumida no programa de trabalho e neste CONTRATO DE GESTÃO, o CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções previstas no artigo 87 combinado com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993 e no artigo 589 do RGCAF, garantida prévia defesa:

I - Advertência;

II - Multa de mora no valor de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO ou, se for o caso, do saldo não atendido do CONTRATO DE GESTÃO;

III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO ou do saldo não atendido do CONTRATO DE GESTÃO, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

VI - Perda de qualificação como organização social no âmbito do Município do Rio de Janeiro.

**Parágrafo Primeiro** - A imposição das sanções administrativas previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas relacionadas ao caso concreto.



**Parágrafo Segundo** - As sanções previstas nos incisos I, IV e V poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nos incisos II, III e VI e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do CONTRATO DE GESTÃO, garantida defesa prévia ao interessado.

**Parágrafo Terceiro** - As multas previstas nos incisos II e III não possuem caráter compensatório, e, assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo Quarto** - As multas deverão ser recolhidas junto à Secretaria Municipal de Fazenda no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação de sua imposição à CONTRATADA ou, na impossibilidade da notificação, da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

**Parágrafo Quinto** - As sanções estabelecidas nos incisos IV e V são de competência do Secretário Municipal de Esportes e Lazer e a estabelecida no inciso VI é de competência da COQUALI.

**Parágrafo Sexto** - As sanções previstas nos incisos IV e V poderão também ser aplicadas à CONTRATADA caso, em processos emergenciais ou negócios jurídicos administrativos firmados com a Administração Pública direta ou indireta de qualquer nível federativo, tenha:

I - Sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS** - A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

I- Pedido de Reconsideração a ser interposto perante a autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da decisão;

II- Recurso a autoridade imediatamente superior a ser interposto e encaminhado através da autoridade que proferiu a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência da indeferimento do Pedido de Reconsideração.

**Parágrafo Único** - O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESCISÃO** - O CONTRATANTE, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévia, mediante decisão fundamentada, poderá rescindir o CONTRATO DE GESTÃO na hipótese de seu descumprimento total ou parcial, bem como do Programa de Trabalho, e ainda:

I - Se houver má gestão, culpa, dolo ou violação de lei ou do estatuto social por parte da CONTRATADA.

II - Na hipótese de não atendimento às recomendações decorrentes da Fiscalização.

III - Se houver alterações do Estatuto da CONTRATADA que impliquem modificação das condições de sua qualificação como organização social ou de execução deste CONTRATO DE GESTÃO.

IV - Se houver a perda da qualificação como Organização Social.

V - Na hipótese de a CONTRATADA não obter no mínimo 50 (cinquenta) pontos na avaliação da execução das metas em 02 (dois) relatórios consecutivos.

VI - Se houver má gestão, culpa, dolo ou violação de lei ou do estatuto social por parte da CONTRATADA.

VII - Na hipótese de não atendimento às recomendações decorrentes da Fiscalização.

VIII - Se houver alterações do Estatuto da CONTRATADA que impliquem modificação das condições de sua qualificação como organização social ou de execução deste CONTRATO DE GESTÃO.

IX - Se houver a perda da qualificação como Organização Social.

X - Na hipótese de a CONTRATADA não obter no mínimo 50 (cinquenta) pontos na avaliação da execução das metas em (a Secretaria deverá estabelecer a quantidade de relatórios consecutivos) relatórios consecutivos.

**Parágrafo Primeiro** - Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA deverá, imediatamente, devolver ao patrimônio do CONTRATANTE os bens cujo uso foi cedido, prestar contas da gestão dos recursos recebidos, procedendo à apuração e à devolução do saldo existente.

**Parágrafo Segundo** - Na decretação da rescisão, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento) do valor do CONTRATO DE GESTÃO, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESILIÇÃO UNILATERAL PELO CONTRATANTE** - Em caso de resilição unilateral por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA fará jus exclusivamente ao ressarcimento dos danos materiais comprovadamente demonstrados, desde que o repasse tenha obedecido ao cronograma de desembolso.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO** - A publicação do inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro será providenciada pelo CONTRATANTE no prazo máximo de vinte dias da assinatura.

**Parágrafo Único** - O inteiro teor deste instrumento, bem como as metas e os indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados, serão disponibilizados no Portal da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro na Internet.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTROLE INTERNO E EXTERNO** - O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – FORO - Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS** - Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o de vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente CONTRATO DE GESTÃO em 5 (cinco) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

MUNICIPIO: SMEL

ORGANIZAÇÃO SOCIAL – MOVIMENTO CULTURAL SOCIAL  
Testemunhas

#### INSTRUMENTO JURÍDICO N.º 006/2016

**CONTRATO DE GESTÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL MOVIMENTO CULTURAL SOCIAL, NA FORMA ABAIXO:**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril do ano de 2016, na Rua Maia de Lacerda, n.º 167, 6º andar, Estácio, nesta cidade, o Município do Rio de Janeiro, por meio da **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**, a seguir **CONTRATANTE**, representado pelo Ilmo. Sr. Subsecretário Municipal de Esportes e Lazer, ALEXANDRE BATISTA CERRUTI, consoante delegação do Decreto Rio “P” n.º 123, publicado no D.O. Rio de 14/03/2016, e a Organização Social MOVIMENTO CULTURAL SOCIAL, estabelecida na Rua Plínio de Oliveira, 253, sala 511, Penha, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.852.999/0001-95, a seguir **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Presidente VAGNER GOMES CARLOS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 034.376.007-02, com fundamento no que dispõe o inciso IV do artigo 24 da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 alterada, na Lei Municipal n.º 5.026, de 19 de maio de 2009, tem justo e acordado o presente CONTRATO DE GESTÃO, doravante CONTRATO, que é celebrado em decorrência do procedimento de dispensa de licitação no processo administrativo n.º **15/000.271/2016**, adjudicado por despacho do Ilmo. Sr. Subsecretário de Esportes e Lazer, de 28/04/2016 (fls. do pp.), publicado no DO Rio n.º 30, de 29/04/2016, fls. 51, ratificado por despacho do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Esportes e Lazer, de 28/04/2016, (fls. 37) e publicado no D.O. Rio n.º 30, de 29/04/2016, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - (Legislação Aplicável) - Este **CONTRATO** se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Municipal n.º 5.026, de 19 de maio de 2009, regulamentada pelo Decreto n.º 30.780, de 02 de junho de 2009, Decreto n.º 30.907, de 23 de julho de 2009, Decreto n.º 30.916, de 29 de julho de 2009, Decreto n.º 30.318/2010, n.º 35.129/2012, pelo Decreto n.º 41.206/2016, pelas Resoluções CGM n.º 1.105/2013 e 1.1121/2013, pela Lei n.º 8.080/90, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011 e no que couber, pelas normas da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93, e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei n.º 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar n.º 1, de 13.09.90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.81, e suas alterações, pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04.05.2000, pelo Decreto Municipal n.º 21.083/2002, bem como pelos preceitos de direito público e pelas regras constantes do Projeto Básico, pelo Programa de Trabalho da **CONTRATADA** e pelas disposições deste **CONTRATO**. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – (Do Objeto e da Finalidade) - O objeto deste **CONTRATO** é a gestão administrativa e esportiva da Vila Olímpica Mestre André, em Padre Miguel, em caráter Emergencial, visando a oferta de atividades físicas, esportivas e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas portadoras de deficiência por meio do estabelecimento de parceria entre as partes contratantes associando o esporte e lazer como meio de inclusão social às ações de detecção, orientação e desenvolvimento das potencialidades dos talentos esportivos, bem como de contribuir com o crescimento e desenvolvimento integral dos cidadãos moradores das comunidades que usufruem dos serviços da Vila Olímpica Mestre André, através de atividades lúdicas, recreativas e culturais, consoante o Projeto Básico e Anexos, que fazem parte integrante do presente ajuste e cronograma de desembolso como previsto neste Contrato de Gestão.

**Parágrafo Único** – O objeto deste Contrato de Gestão, poderá ser acrescido de novos equipamentos, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – (Do Programa de Trabalho, das Metas e Indicadores) - O Projeto Básico e o Programa de Trabalho são partes integrantes do presente Contrato de Gestão, contendo sua especificação, estipulação de metas a serem atingidas e respectivos prazos e regime de execução, bem como previsão dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.

**CLÁUSULA QUARTA** - (Prazo) - O prazo do contrato de gestão é de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, **a contar de 03/05/2016**, devendo ser rescindindo antes disso, quando concluído o processo seletivo em andamento.

**CLÁUSULA QUINTA** – (Dos Recursos Financeiros) - Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados neste Contrato de Gestão, a Contratante repassará a Contratada, na forma e nas condições do cronograma de desembolso, o valor global de R\$ 1.015.957,56 (hum milhão, quinze mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) cuja despesa prevista para o presente exercício será atendida pelos PT's n.ºs **25.01.27.812.0032.2068** e **16.01.12.361.0316.2117**, Natureza de Despesa **3.3.50.39.07**, Fonte **100**, tendo sido emitidas as Notas de Empenhos n.ºs **2016/000127** e **2016/000024**, em 29/04/2016, nos valores, de R\$ 203.191,51 (duzentos e três mil, cento e noventa e um reais e cinquenta e um centavos) e R\$ 812.766,05 (oitocentos e doze mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinco centavos).

**Parágrafo Primeiro** – Os recursos repassados à Contratada serão depositados em conta bancária em instituição indicada em conformidade com a Resolução SMF n.º 2888 de 01/02/2016 efetuados em c/c aberta no **Banco SANTANDER (Brasil) S.A.**, conforme contrato nº 103/2011, publicado no D. O. Rio nº 195, de 26/12/2011, decorrente de licitação CEL/SMF – PP 01/11 ou em outro Banco que venha a substituí-lo, nos conformes legais.

**Parágrafo Segundo** – A movimentação dos recursos que forem repassados à Contratada se dará em conta corrente específica e exclusiva, no banco referido no parágrafo anterior, de modo que não sejam confundidos com os seus recursos de outra origem. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à Contratante.

**Parágrafo Terceiro** – Os saldos do Contrato de Gestão, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em:

I – em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II – em fundos de curto prazo ou

III – em operações com títulos públicos federais.

**Parágrafo Quarto** – As aplicações financeiras nos produtos dos incisos do parágrafo terceiro serão feitas sempre na mais vantajosa remuneração do capital, em conformidade com a adequação do prazo disponibilizado à aplicação, cotejado com sua taxa de retorno e **na conta do Projeto, vedada a transferência a qualquer título para outra conta.**

**Parágrafo Quinto** - A liberação dos recursos se dará bimestralmente durante a execução do **CONTRATO**, sendo a primeira parcela liberada em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente Contrato de Gestão, obedecido o seguinte cronograma:

Parcela	Valor (R\$)	Período
1ª	338.652,52	Maio/Junho/2016
2ª	338.652,52	Julho/Agosto/2016
3ª	338.652,52	Setembro/outubro/2016

**Parágrafo Sexto** - As parcelas serão repassadas em estrita conformidade com o programa de trabalho aprovado, saldo autorização prévia da Secretaria, podendo ser retidas até o saneamento de impropriedades nas seguintes hipóteses:

I – Quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas;

III – Nas demais hipóteses previstas neste Contrato de Gestão.

**Parágrafo Sétimo** – Os valores correspondentes aos repasses financeiros estão vinculados ao cumprimento das metas pactuadas no programa de trabalho, cabendo à Comissão de Avaliação verificar o percentual de atendimento das aludidas metas, para fins de retenção conforme anexo ao presente instrumento.

**Parágrafo Oitavo** – A Contratada poderá captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução deste Contrato de Gestão, hipótese em que haverá redução equivalente dos repasses a serem realizados pelo Contratante ou alteração do programa de trabalho para a formalização do incremento proporcional das metas em relação aos recursos obtidos. Ambas as situações dependem de celebração de Termo de Aditamento.